

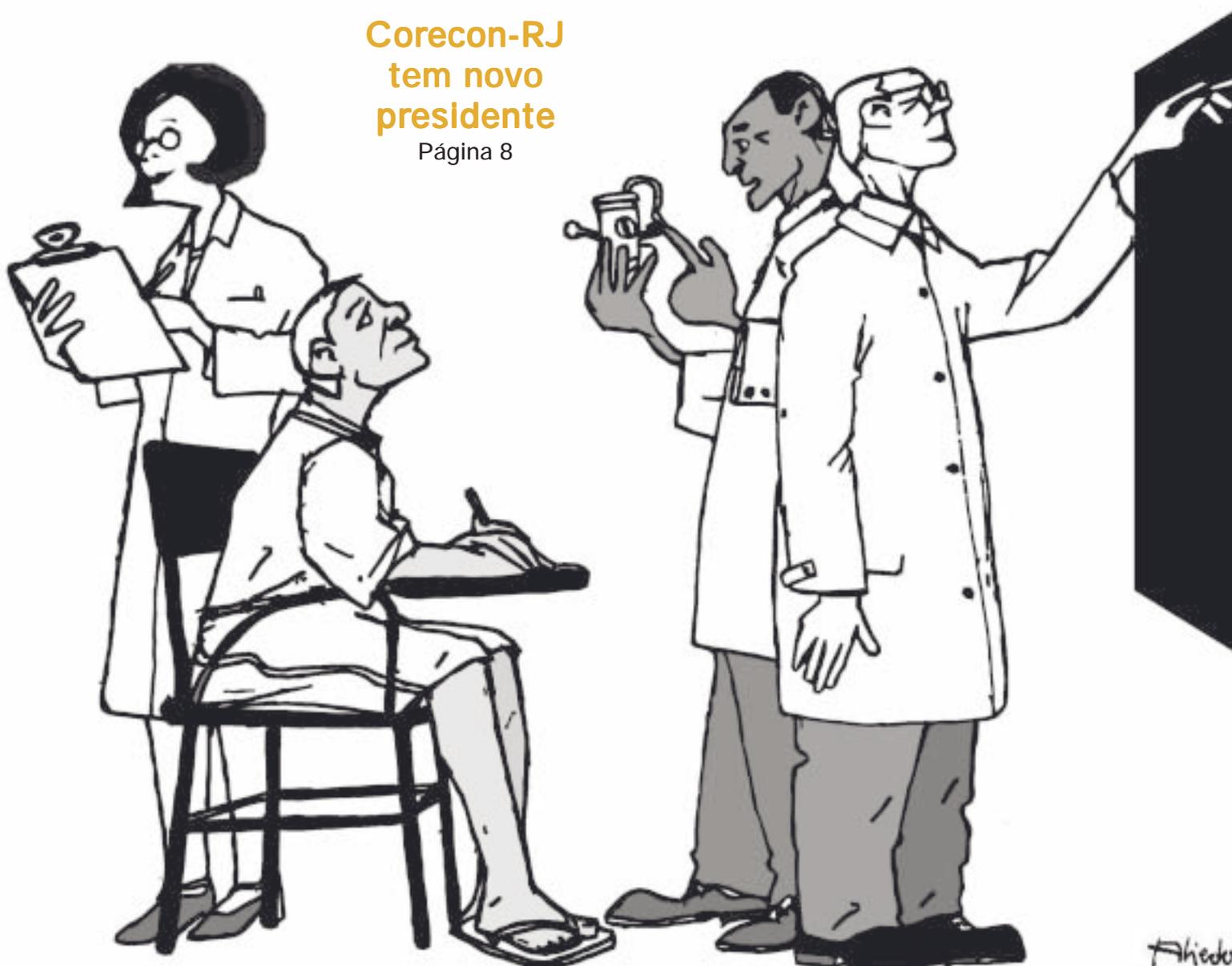
# Universidade chega à Baixada Fluminense

Com uma população de 3,5 milhões de pessoas e reunindo 13 municípios, a Baixada Fluminense está no foco de um projeto de extensão universitária, reunindo instituições de ensino superior públicas e privadas. O alvo é, através da criação da Escola de Governo, romper com o processo de exclusão cultural e intelectual de uma região que, sozinha, responde por 25% do PIB do Estado do Rio de Janeiro.

Páginas 5

**Corecon-RJ  
tem novo  
presidente**

Página 8



Alvedo

## EDITORIAL

# Ampliando o conhecimento

O carnaval carioca e duas semanas de férias do editor foram suficientes para atrasar o fechamento desta edição do **JE**, relativa ao mês de fevereiro. Contudo, embora tardiamente, chegamos aos leitores com uma pauta de temas da maior relevância.

Conferir a capa deste número ao tema da Escola de Governo da Baixada Fluminense é reconhecer a importância da iniciativa que visa expandir os processos de ensino e de produção do conhecimento às cidades da Baixada Fluminense, verdadeiros laboratórios de pesquisas e estudos.

“Esse processo de produção de saber preconizado pela Escola de Governo da Baixada Fluminense – que inclui qualificação, formação, pesquisa e capacitação técnica – não se restringe a um alvo geográfico, mas deve promover uma contínua ampliação do conhecimento, para além de um temário ‘Baixada Fluminense’”, escreve a professora Inês Patrício, em seu artigo que começa na página cinco.

Há nesta edição um esforço concentrado em dar visibilidade às entidades dos economistas do Rio de Janeiro. Daí o artigo do coordenador geral do Sindicato dos Economistas, Paulo Passarinho, que aponta as realizações e as atividades em que o Sindecon esteve envolvido no ano que passou; e a entrevista do novo presidente do Corecon-RJ, José Antonio Lutterbach Soares, em que são reveladas as dificuldades e as resistências que o Conselho ainda enfrenta ao cumprir suas obrigações legais. Isto em razão de grandes empresas, como a Petrobras (ver matéria na última página), manterem um comportamento arredo e que em nada contribui para um relacionamento propositivo e afirmativo entre elas e o Conselho.

O mais recente esforço da equipe do **JE** é recuperar a regularidade de suas edições, o que será conseguido antecipando os números de março e abril, de modo que as próximas edições cheguem aos assinantes no curso dos respectivos meses de referência de cada uma. ■

## Sumário

- Página 3** Balanço do Sindecon – Paulo Passarinho
- Página 5** Especial – Escola de Governo na Baixada – Inês Patrício
- Página 8** Entrevista – José Antonio Lutterbach Soares ▶

- Página 11** Resenha – A Outra Economia – Reinaldo Gonçalves
- Página 13** Artigo do Leitor – Eduardo Fortes
- Página 15** Fórum Popular de Orçamento – Economista Crítica Artigo
- Página 16** Petrobras Multada em 500%  
Cursos no Conselho



O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos  
**economistas**

Órgão Oficial do  
**CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ**  
ISSN 1519-7387

**Conselho Editorial:** Ceci Juruá, Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Julio Miragaya, Nelson Le Cocq, Paulo Mibielli, Rafael Vieira da Silva, Renata Nascimento, Rogério Rocha da Silva, Ronaldo Rangel e Sidney Pascotto.

**Editor:** Nilo Sérgio Gomes  
Correio eletrônico: nilosgomes@bol.com.br

**Ilustração:** Aliedo

**Caricaturista:** Cássio Loredano

**Diagramação e Finalização:**  
Rossana Henriques (21) 2462-4885

**Fotolito e Impressão:** Tipológica

**Tiragem:** 13.000 exemplares

**Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

*As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.*

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar  
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900  
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22  
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br  
internet: http://www.corecon-rj.org.br

**Presidente:** José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Ceci Juruá, Francisco Bernardo Karam, Ronaldo Rangel, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** Arthur Câmara Cardozo, Eduardo Carnos Scaletsky, Julio Diniz Bastos Pinto, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Luiz Mario Behnken, Mario Luiz Freitas Lemos, Mauro Osório da Silva.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609  
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000  
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192  
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

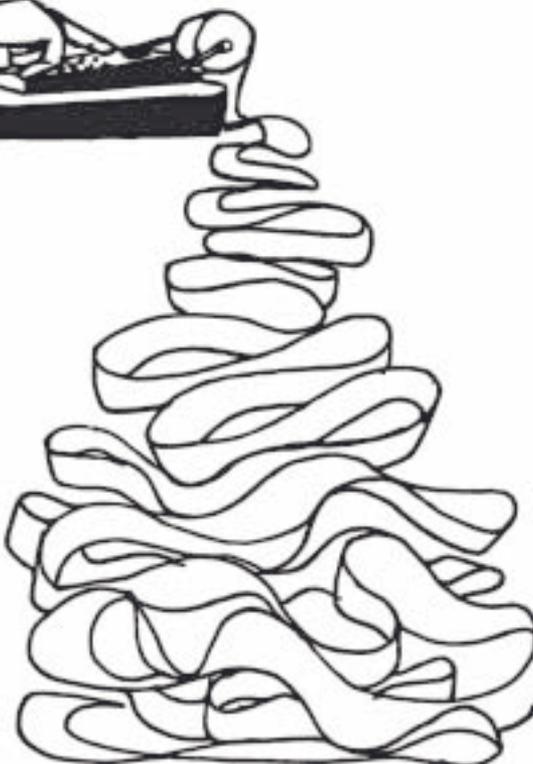
**Coordenador Geral:** Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

INSTITUCIONAL Paulo Passarinho\*



## O Sindicato na linha de frente das lutas sociais

O objetivo desse artigo é o de apresentar aos nossos leitores um balanço político da ação do Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, em 2003. Afinal, o ano passado encarnou uma das mudanças políticas mais importantes de nossa história, representada pela posse de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República.



**P**oderíamos começar afirmando que um conjunto de objetivos e propostas históricas do já saudoso Movimento de Renovação dos Economistas – nascido no melhor momento da luta contra a ditadura implantada em 1964 e que sempre defendeu um novo modelo econômico para o país, com base na distribuição de renda, riqueza e poder – havia, enfim, chegado ao momento de tornar-se realidade.

Entretanto, pelas circunstâncias em que se deu a vitória eleitoral – especialmente com relação à política de concessões ao sistema financeiro, expressa na já famosa Carta aos Brasileiros –, graves problemas se colocaram, desde o início do governo, para a perspectiva da concretização de uma real mudança política e econômica no país.

Esta consideração não se funda, necessariamente, na política de alianças praticada pela campanha de Lula ou mesmo na própria mencionada Carta aos Brasileiros. Em relação a esta, o diretor do Sindicato dos Economistas e conselheiro do Corecon-RJ Ronaldo Rangel nos lembrou, em artigo publicado aqui mesmo

no *JE* (maio/03, ed. 166), que seus termos são por demais ambíguos – entre promessas de continuidade e, ao mesmo tempo, de ruptura com o modelo do governo anterior –, para que a natureza das decisões do governo Lula viesse a ser decifrada.

Entretanto, um dos compromissos expressos na citada Carta não permitiria nenhum tipo de ambigüidade. Diz respeito à manutenção do tripé em que se assentava a política macroeconômica anterior. Sendo assim, uma vez instalado o governo e confirmada a manutenção do regime de câmbio flutuante, a execução da política monetária baseada no modelo de metas inflacionárias e o compromisso – depois, inclusive, agravado – com a manutenção de elevados superávits primários, não seria mais possível nenhum tipo de dúvida: a mais importante das políticas públicas – a econômica – mantinha-se amarrada aos interesses do capital financeiro, garantindo a continuidade do modelo que já se havia mostrado esgotado.

Mais grave: na esteira da continuidade da política macroeconômica foi resgatada a moribunda agenda de reformas estruturais de FHC. Ao priorizar a retomada da contra-reforma previdenciária, o governo Lula procurou viabilizar aquilo que havia sido derrotado – inclusive pela ação dos partidos de esquerda que compõem a sua base – na gestão de FHC, referente às mudanças constitucionais do regime próprio de previdência dos servidores públicos.

### As ações do Sindicato

O Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (Sindecon-RJ) esteve na linha de frente da resistência que se construiu no movimento social contra essas mudanças. Não por uma perspectiva corporativista – até porque a ação do Sindicato no serviço público é muito recente –, mas essencialmente por uma visão política. Conforme procurei esclarecer em entrevista publicada inicialmente no *Jornal do Brasil* e, em seguida, transcrita na íntegra no *JE*, as razões para a nossa luta vinculavam-se à visão de Estado que temos e, particularmente, ao seu papel no modelo de projeto nacional de

## Mantivemos nossa ativa e já histórica participação nas campanhas pela reforma agrária e contra a Alca, através de palestras, cursos, debates, apoio logístico-financeiro e mobilizações

desenvolvimento que defendemos. Tratou-se, portanto, de uma posição baseada na coerência e nos princípios que sempre defendemos.

Mas, no campo da política mais geral, não nos limitamos ao intenso processo de discussões, debates, entrevistas e mobilizações sociais contra a auto-intitulada Reforma da Previdência. Estivemos também presentes – pela ação direta de vários de nossos diretores – nas consultas públicas para a discussão do PPA/2004-2007 (Plano Plurianual), bem como em reuniões com membros do Rio de Janeiro no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, buscando criar uma base de apoio mais orgânica e sistemática às discussões – a rigor, extremamente limitadas – do CDES.

Junto ao Fórum Nacional do Trabalho,

tomamos parte no início das discussões, que deverão esquentar ao longo deste ano, sobre as propostas de alteração da legislação sindical e trabalhista. Ao mesmo tempo, mantivemos nossa ativa e já histórica participação nas campanhas pela reforma agrária e contra a Alca, através de palestras, cursos, debates, apoio logístico-financeiro e mobilizações.

Estivemos presentes no Fórum Social Mundial – em janeiro, em Porto Alegre –, no Fórum Social Brasileiro e no Grito dos Excluídos, junto com expressivos setores do movimento social, como o MST, Pastorais Sociais, Movimento dos Sem-Tetos e outros sindicatos.

Em relação a esses movimentos, participamos do Fórum de Movimentos Sociais e, através do seu âmbito, viabilizamos a confecção de cartazes

de divulgação de dois importantes documentos: a carta pública de Celso Furtado, com o seu alerta quanto aos riscos à Nação Brasileira representados pelo Tratado da Alca, e a carta aberta dirigida ao Presidente Lula, subscrita por um conjunto expressivo de intelectuais, com apelos a uma mudança nos rumos do governo.

No plano estritamente sindical, participamos das negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho de várias empresas (Emater, Eletrobrás, INB, dentre outras), bem como procuramos mediar outros processos de negociação, como foi o caso, por exemplo, de demissões ocorridas no IBRE/FGV ou os relativos à situação salarial dos economistas do Governo Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, iniciamos um programa de realização de cursos sobre as correntes de pensamento econômico, junto com o Corecon-RJ. Promovemos o primeiro deles sobre a vida e a obra econômica, política e filosófica de Karl Marx, e pretendemos, neste ano, dar sequência a este projeto com a realização de outros cursos. O próximo, já em discussão, será em torno do legado de John Maynard Keynes. ■

\* Coordenador Geral do Sindicato dos Economistas-RJ.

### CLUBE DA ECONOMIA – CORECON-RJ

O Clube de Economia conta com dezenas de convênios na categoria Educação. Aproveite os descontos para aperfeiçoar seus conhecimentos ou para matricular seus filhos em um dos estabelecimentos conveniados. Visite a página [www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br) e saiba mais.

#### CRECHE AO ENSINO MÉDIO

BARRA DA TIJUCA – ZONA SUL – ZONA NORTE

**Santa Mônica Centro Educacional** – Possui vários endereços na Barra da Tijuca, Zona Sul e Zona Norte do Rio. Oferece 20% para o turno da manhã, 30% para o turno da tarde e 40% para o turno da noite. E, ainda, 40% no transporte e 20% no curso de línguas Wizard, que funciona na escola. Tel.: 0800-703-2400 – [www.santamonice.com.br](http://www.santamonice.com.br)

**CEL - Centro Educacional da Lagoa** – Possui vários endereços na Barra da Tijuca, Zona Sul e Zona Norte do Rio, oferece 10% de desconto da educação infantil ao ensino médio (caso haja um grupo com mais de 30 integrantes - o desconto passará a 20%). Visite o portal: [www.cel.com.br](http://www.cel.com.br) e veja telefones e endereços.

ZONA NORTE

**Baby Gardem - Jardim de Infância e Escola** – Situado na Tijuca, oferece 30% para educação Infantil e 35% para o ensino fundamental e o ensino médio. Tel.: 2569-3142 – [www.babygarden-mcm.com.br](http://www.babygarden-mcm.com.br) – e-mail: [bgmcm@ism.com.br](mailto:bgmcm@ism.com.br)

#### MATERNAL AO ENSINO MÉDIO

ZONA SUL

**Colégio Santo Antonio Maria Zaccaria**

Situado no Catete, oferece 20% de desconto nas mensalidades, do maternal ao segundo grau. Tel.: 2558 2223 - [www.zaccaria.g12.br](http://www.zaccaria.g12.br)

ZONA NORTE

**Centro Educacional Piaget**

Situado na Ilha do Governador, oferece 20% de desconto nas mensalidades do maternal ao ensino médio e pré-vestibular. Tel.: 3396-4461

#### ENSINO MÉDIO E CURSOS PREPARATÓRIOS

ZONA NORTE

**Colégio e Curso Ponto de Ensino** – Situado na Tijuca, oferece 30% de desconto sobre o valor integral em qualquer um dos cursos oferecidos.

Tel.: 2568-6834 – [www.pensi.com.br](http://www.pensi.com.br) – e-mail: [curso@pensi.com.br](mailto:curso@pensi.com.br)

#### UNIVERSIDADES

PETRÓPOLIS

**Universidade Católica de Petrópolis – UCP**

Oferece 20% no curso de graduação em Economia, somente para alunos novos credenciados no Conselho. Tel.: 2237 5062 – [www.ucp.br](http://www.ucp.br)

CABO FRIO

**Universidade Veiga de Almeida – UVA**

Oferece 20% para licenciaturas – Instit. Superior de Educação – e, excepcionalmente no Curso de Gestão em Hotelaria – Instit. Superior Profissional. E para alunos admitidos como portadores de diplomas ou transferidos. Esses descontos não se aplicam aos cursos superiores de curta duração. Tel.: 2574-8800 – [www.uva.br](http://www.uva.br)

CENTRO

**Faculdade Moraes Junior**

No Centro do Rio, oferece 10% nos cursos de graduação. Tel.: 2221-8386 e 2221-8334 - [www.moraesjunior.edu.br](http://www.moraesjunior.edu.br) – e-mail: [secretaria@moraesjunior.edu.br](mailto:secretaria@moraesjunior.edu.br)

**SUESC - Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro**

Situada no Centro do Rio, oferece 30% para o curso de Direito e 40% para os cursos de Administração, de Economia, de Ciências Contábeis e de Ciências Atuariais. Tel.: 2509-1965 – [www.suesc.com.br](http://www.suesc.com.br)

ESPECIAL Inês Patrício\*

# Escola de Governo: Um consórcio de universidades na Baixada Fluminense



A Escola de Governo da Baixada Fluminense é um projeto de extensão universitária, de iniciativa de professores da Faculdade de Economia da UFF, e que tem como principal objetivo organizar um consórcio de instituições de ensino superior do estado do Rio de Janeiro para a criação de um campus universitário na Baixada Fluminense. As suas atividades são financiadas, até agora, pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), na forma de bolsas.

**D**epois de um ano em que se cuidou preferencialmente de uma agenda de cursos de extensão e da criação de núcleos de trabalho, conseguiu-se sensibilizar a opinião pública, os vereadores e alguns deputados e senadores para a idéia de uma universidade pública na Baixada Fluminense.

A proposta é deslocar a tendência do debate sobre os problemas da Baixada, que vem se centrando unicamente nas questões municipais, muitas vezes determinadas por organismos de financiamento e associadas a empréstimos internacionais.

É preciso reconhecer que problemas locais como saneamento, falta de água, pobreza crônica, desnutrição e desemprego não podem

ser resolvidos sem uma compreensão dos seus fundamentos e sem uma intervenção na esfera das instituições do Estado. Reduzir o cidadão da Baixada a discussões municipais ou pontuais é socialmente injusto e intelectualmente empobrecedor, tendo a Universidade o papel de conciliar o conhecimento técnico mais restrito a questões mais universais do saber.

## Demandas locais

Com uma população na marca dos 3,5 milhões de habitantes, a Baixada Fluminense congrega 13 municípios do Estado do Rio de Janeiro, mas vem sendo historicamente excluída de alguns cenários culturais e

intelectuais, como se sua pujança econômica – cerca de 25 % do PIB industrial do Estado são gerados ali – não encontrasse correspondência em ambiente acadêmico.

A criação da Escola de Governo procura responder a este desafio, tornando-se um núcleo de referência técnico e intelectual, contemplando formação, pesquisa, consultoria, intercâmbio e documentação de natureza técnica e acadêmica, na região, a título público e gratuito. Sua atuação volta-se preferencialmente a uma demanda local, determinada por atores locais e a partir de questões e problemas localmente constituídos e identificados, mas postulando uma projeção acadêmico-científica de excelência e universalista.

A Escola de Governo vem definindo uma programação de atividades voltadas para demandas na área de gestão pública. Ao mesmo tempo, ela representa, sem prejuízo da continuidade dessa sua primeira agenda, o princípio para implantação de um projeto de pesquisa e ensino, nos níveis médio, graduação e pós-graduação, que prescindia da criação de uma nova estrutura institucional independente e comparável às demais universidades do Estado.

Em regra, os diversos programas e projetos que se dedicam a áreas política e culturalmente periféricas estipulam, como vias de inclusão social, ações nas áreas de esporte e lazer ou técnica – nesse caso, notadamente, cursos elementares de informática – de modo acentuadamente restrito. Com a Escola de Governo estamos criando novos instrumen-

dotada de objetivos e de excelência reconhecidos em instâncias acadêmicas.

### Universidade Livre

A Escola de Governo procurou formular um programa com tais características, na condição de um projeto de extensão universitária da UFF e ao qual se associaram professores e grupos de pesquisa das mais conceituadas universidades (UERJ, UFRJ, PUC), como também professores de outras entidades de ensino e pesquisa, de competência plenamente reconhecida, como por exemplo, a Escola Nacional de Ciência Estatística (Ence), do IBGE, e o CPDOC, da FGV.

A proposta da Escola de Governo na Universidade Pública é de autonomia e de

quase impossível um militante partidário ter a isenção necessária, ou o poder, para apontar erros de gestores de seu partido, durante ou após o período de governo, por mais plural e democrático que seja este, devido às formas hierárquicas de organização.

### Grupos de estudo e pesquisa

A par desse trabalho de programação de cursos, a estruturação da Escola de Governo da Baixada Fluminense supôs a formação de Grupos de Trabalho que compreendem um ou mais núcleos de atividades, pesquisa e ensino. Tais grupos de trabalho refletem neste primeiro momento os principais parceiros responsáveis pela implantação do programa.

O grupo de “Indicadores Estatísticos da Baixada Fluminense” visa empreender, por exemplo, um estudo aprofundado das especificidades econômicas e sociais dessa região, através de pesquisas e da formação de um banco de dados sobre economia e as condições sociais dos municípios da Baixada. Esse grupo é formado originalmente por professores de economia da UFF, tendo sido constituída recentemente uma parceria com um grupo da Ence/IBGE.

A intenção é atrair profissionais da Baixada, nas áreas de estatística e economia, para que os com “expertise” no tema Economia Fluminense possam beneficiar-se da interação com conhecedores da realidade local. Quanto aos estudantes e professores, em sua maioria de instituições particulares, eles poderão beneficiar-se da experiência e orientação da UFF e da Ence.

O grupo de “Economia Política” tem por proposta a discussão dos condicionamentos econômicos, a pobreza, a desigualdade, o desemprego e a análise da política local, sob um olhar interdisciplinar, de modo a enfatizar abordagens econômicas, políticas e sociais, de maneira articulada.

Tanto no empreendimento de pesquisas, quanto na elaboração de cursos, serão privilegiados enfoques interdisciplinares sobre temas de estudos específicos, tais como a história econômica local, teorias da justiça, aspectos da vida política local, uma análise da evolução ou das condições das atividades industriais ou uma

## A proposta da Escola de Governo na Universidade Pública é de autonomia e de uma estrutura acadêmica que inove em relação ao modelo tradicional de formação de técnicos governamentais

tos que, também atendendo aos anseios de inclusão social, têm gerado perspectivas mais abrangentes e diversificadas de produção de conhecimento, que evitem excluir, por antecipação, um investimento mais ambicioso em formação e qualificação intelectual.

O Programa Nova Baixada, mediante recursos do BID, tem promovido cursos de capacitação procurando atender a demandas e necessidades locais no que toca à formação e qualificação de quadros técnicos, de funcionários públicos, lideranças comunitárias, agentes de políticas públicas, etc. – atores sociais de grande importância do ponto de vista político e econômico.

Contudo, esses recursos são em regra aplicados de maneira dispersiva, pulverizados em projetos isolados e sem nenhum controle, seja acadêmico, seja social. Por

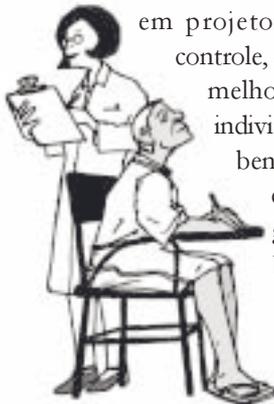
melhores que sejam os proventos individualmente retirados, o público beneficiário não acede, por meio dessas atividades, a um programa de ensino integrado. Por conseguinte, não dispõe, ao cabo de um curso, de um comprovante de sua formação/qualificação chancelado por alguma entidade

uma estrutura acadêmica que inove em relação ao modelo tradicional de formação de técnicos governamentais. Em vez de oferecer cursos em que o público alvo são os técnicos de prefeituras, gestores e conselheiros municipais, a Escola de Governo estaria aberta a qualquer cidadão, na forma de uma Universidade Livre.

Com base nessas discussões, um núcleo gestor propôs a grade de cursos para o primeiro ano da Escola de Governo da Baixada Fluminense. Ainda em dezembro de 2002, a professora Rosane Mendonça, da UFF, ofereceu um curso breve sobre “indicadores sociais”. A partir de agosto 2003, teve início o Curso de Introdução às Ciências Sociais, concluído em dezembro.

Nesse curso, ministrado por professores de todas as instituições parceiras, combinaram-se módulos de Economia, Sociologia, Ciência Política e Antropologia, além de aulas específicas sobre Economia Brasileira e Problemas da Baixada Fluminense, como saneamento e enchentes.

A discussão desses problemas, no ambiente acadêmico, permitiu aos alunos diferenciar participação política de liberdade, uma vez que vários governos e partidos co-participam dos mesmos vícios e incentivos eleitorais, sendo



Esse processo de produção de saber preconizado pela Escola de Governo da Baixada Fluminense – que inclui qualificação, formação, pesquisa e capacitação técnica – não se restringe a um alvo geográfico, mas deve promover uma contínua ampliação do conhecimento, para além de um temário “Baixada Fluminense”

abordagem mais estritamente filosófica da economia política.

A primeira iniciativa foi criar um seminário de estudos sobre desemprego na Baixada Fluminense, com o objetivo de mapear o desemprego por município, identificar as atividades potencialmente dinâmicas e sugerir propostas para o combate ao desemprego na região. O objetivo é agregar técnicos, professores, formadores de opinião e políticos, para a formulação de um plano de metas para a região, cujo eixo seja o desenvolvimento econômico e o emprego.

### Organização social e memória

O grupo de “Estudos Urbanos” está voltado para a formação de gestores da cidade e dos cidadãos, dando conta das próprias definições de cidadania e dos direitos do cidadão, do urbano, da pólis, inclusive em caráter filosófico. O programa do grupo é educacional, além de envolver a promoção do uso da terra em acordo com um planejamento urbano. Seu trabalho volta-se a um público não estritamente acadêmico, com interesses práticos, mas com pouca disponibilidade de tempo.

Ao mesmo tempo, quer-se firmar um compromisso com a excelência, que envolva a geração de uma tal reputação, através, por exemplo, da condução da problemática da Baixada Fluminense para o seio da universidade, da formação de capacitadores permanentes e da seleção cuidadosa das turmas e do monitoramento do que se efetua após o curso. As atividades deste grupo incluem iniciativas de diagnóstico e elaboração de políticas relacionadas à estruturação física do espaço urbano.

O grupo “Sociedade e Política” é formado por professores e pesquisadores interessados em empreender estudos no campo da organização social na Baixada Fluminense. Ele focaliza com especial atenção a formação de redes de sociabilidade e as práticas sobre as quais elas se fundamentam (reciprocidade) e

que são pertinentes aos universos da família e da vizinhança, mas também aos da política, do comércio e outros.

O de “Acervo e Documentação” se encarrega da criação e manutenção de uma memória documental e bibliográfica sobre a Baixada Fluminense e tem entre seus objetivos a organização de uma revista da Escola de Governo da Baixada Fluminense.

Nela serão publicados trabalhos resultantes dos projetos de pesquisa ou sobre assuntos pertinentes às problemáticas contempladas nos Grupos de Trabalho que compõem a Escola. Também serão publicadas a programação dos cursos, além de entrevistas, artigos de caráter extra-acadêmico, notícias, agenda de atividades culturais, de lazer ou políticas e outras contribuições. Esse grupo também tem como prerrogativa a publicação e divulgação de material produzido no âmbito da Escola de Governo da Baixada Fluminense em qualquer uma de suas linhas de atuação.

O grupo de “Tecnologia Social” tem por objetivo estabelecer a ligação entre iniciativas da sociedade civil não organizada com as instâncias políticas e administrativas que melhor facultem essas realizações. A articulação da Escola de Governo ao grupo tem por objetivo comum a ambas as partes uma mais ampla identificação e instrumentalização de atores sociais envolvidos em iniciativas voltadas ao bem público.

Até agora, este grupo tem sido construído em torno da perspectiva de gênero, realizando oficinas em Nova Iguaçu e São João de Meriti, em parceria com pesquisadores e técnicos do Cedim, Ence e UFF. Estas oficinas são coordenadas por uma bolsista da Faperj, Rosane Caetano de Oliveira, de São João de Meriti.

### Laboratório de pesquisa

A Escola de Governo da Baixada Fluminense tem três grandes eixos de atuação, que refletem os parceiros que a constituem. Os diferentes projetos neles abrangidos são

sempre realizados pelos grupos de trabalho, independentes, mas de preferência em cooperação uns com os outros, e, de todo modo, subordinados a uma orientação comum, definida por um colegiado formado por seus coordenadores.

Vale destacar que esse processo de produção de saber preconizado pela Escola de Governo da Baixada Fluminense – que inclui qualificação, formação, pesquisa e capacitação técnica – não se restringe a um alvo geográfico, mas deve promover uma contínua ampliação do conhecimento, para além de um temário “Baixada Fluminense”.

A Baixada Fluminense constitui-se como um laboratório de estudos relacionados a metrópoles, sob múltiplas perspectivas, privilegiadas em diversos campos de conhecimento científico, técnico ou filosófico. Está por ser devidamente analisado e compreendido este fenômeno das conurbações e grandes concentrações demográficas de populações empobrecidas, tão peculiares da América Latina e nunca até hoje suficientemente contempladas pela sociologia americana ou européia.

A Escola inclui entre seus objetivos gerais a promoção de um trânsito permanente entre o local e outras esferas de abrangência – geográfica, política, intelectual e cultural. Assim, propõe pensar a Baixada Fluminense a partir de referenciais teóricos que não lhe sejam circunscritos e, no sentido inverso, conceber objetos e problemáticas distintos e não circunstanciados à Baixada Fluminense.

Em um processo de alcance mais prolongado, mas já iniciado, a Escola tem promovido uma interlocução na Baixada Fluminense que a situe não somente como objeto, mas como sujeito na produção do conhecimento. A efetiva implantação da Escola de Governo supõe o desenvolvimento de um olhar da Baixada Fluminense, assim como para, na e com a Baixada Fluminense.

Desse modo, a instituição possui uma face voltada para dentro, de formação e compreensão crítica, e uma outra voltada para fora, de disseminação e intercâmbio nacional e internacional.

Essa dinâmica é promovida a partir das elaborações formuladas ali, com o material, a produção técnica e intelectual de lá provenientes e, em particular, dos diversos trabalhos desenvolvidos no próprio âmbito da Escola de Governo. ■

\* Diretora da Escola de Governo da Baixada Fluminense, professora da Faculdade de Economia da UFF.

ENTREVISTA José Antonio Lutterbach Soares, presidente do Corecon-RJ

# Em defesa dos interesses

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro tem novo presidente: José Antonio Lutterbach Soares, economista do IBGE e conselheiro há cinco anos. Nesta entrevista ao **JE**, ele anuncia as metas de sua gestão e expõe a sua visão sobre os rumos da economia no Governo Lula. Fala também das atividades do Corecon-RJ, do relacionamento da instituição com as empresas, em geral, e do seu ponto de vista sobre a situação política atual:

“Os eleitores que votaram em Lula votaram pela mudança. Então, o eleitor ou a eleitora, pensa: ‘Votei para mudar, e não mudou nada. Para que votar, então?’ Isto conspira contra a democracia”. E conclui: “Os partidos estão falhando na tarefa de representar a sociedade brasileira. As últimas esperanças estão, até agora, indo por terra”.

**Jornal dos Economistas** – *O que o levou à presidência do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, o Corecon? Quais as propostas desta nova gestão?*

**José Antônio Lutterbach Soares** – Há cerca de cinco anos venho colaborando como conselheiro na recuperação administrativa e financeira do Corecon. Continuei a tarefa, agora, como presidente, o que muito me honra. Já é possível avançar em outras questões como a ampliação dos serviços à disposição dos economistas, como os cursos e os convênios. O curso preparatório para a Anpec é de exce-

lência, com grande número de aprovação. Não mantemos cursos caça-níqueis, não visamos o lucro. A qualidade é a tônica. Por isso os cursos que oferecemos tiveram expressiva frequência. Quanto aos convênios já são mais de 170 em diversas áreas, propiciando ao economista maiores oportunidades e facilidades, com preços menores. Há ainda a previsão de diversas palestras, não só de economistas, mas, também, de outras personalidades para debater a conjuntura e discutir os principais temas que afligem o País, e que estão em fase de montagem da agenda para este ano. O Conselho está participando também de diversas ações junto ao Ministério da Educação e a outros órgãos do governo em defesa do ensino de economia e a defesa da profissão.

**JE** – *Quais as principais dificuldades que o Corecon-RJ encontra para realizar as suas atividades?*

**Lutterbach** – O desconhecimento da lei por parte das empresas que se recusam à fiscalização das condições do exercício da profissão de economista pelo órgão competente, segundo a lei, que é o Conselho Regional de Economia. Foram realizadas recentemente obras que garantiram a segurança e o conforto para os que trabalham e freqüentam o conselho. Na parte administrativa há ainda pendências a serem resolvidas.

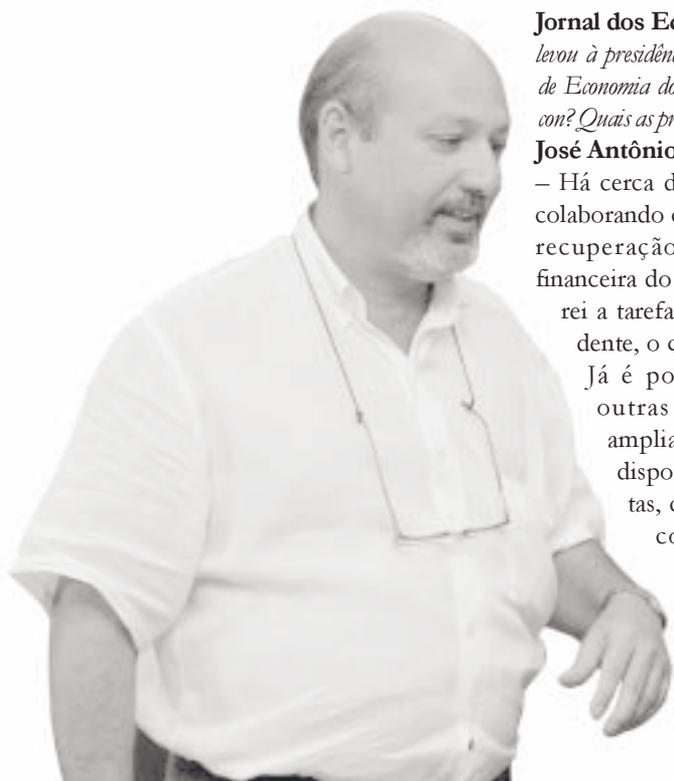
**JE** – *Qual o principal foco da ação do Conselho?*

**Lutterbach** – A defesa de uma economia comprometida com a sociedade e com os interesses mais amplos da nação, e de que o exercício da profissão de economista esteja sob a responsabilidade de uma mão de obra preparada e formada com especialização para exercer esta atividade econômica.

Ainda é muito comum, as empresas recorrerem a profissionais de outras áreas para o exercício de atividades que são inerentes à competência do economista. É a ação do Corecon que tem impedido uma expansão deste tipo de procedimento – o recurso a profissionais de outras áreas para o desempenho de funções legalmente identificadas como próprias ao economista, devidamente formado e registrado no Conselho para tal desempenho.

**JE** – *Como vê o papel de uma entidade como o Corecon-RJ, na sociedade brasileira de hoje?*

**Lutterbach** – Como componente, ator, de um processo mais amplo dentro da sociedade, que responda pelos anseios e reclamos das camadas mais amplas desta sociedade. Os partidos estão falhando na tarefa de representar a sociedade brasileira. As últimas esperanças estão, até agora, indo por terra. Por sua vez, para exercer a atividade política e institucional são exigidas estruturas que, por si só, já consomem elevados recursos e profundas concessões que muitas das vezes terminam por desfigurar a própria identidade do discurso. São necessários, por exemplo, alguns milhões de reais para eleger um deputado, tanto igual ou ainda mais para eleger um vereador. E um prefeito, um governador, um presidente? E qual o resultado de tudo isso? O que produz esta forma e modelo de exercício da atividade política? Que representação resulta de um processo como este em que vivemos, hoje? É possível um melhor? Não sei, talvez, vamos discutir, trocar idéias. Minha percepção é a de que esta política que está aí é como atravessar o portal do inferno: há que se livrar de todas as esperanças.



# es maiores da sociedade

**JE** – *Como você caracterizaria o momento atual do país?*

**Lutterbach** – Vivemos um momento de grande crise. Mas dizem que as crises são boas parteiras. Devemos, então, aproveitar o momento, pois, com certeza estamos vivendo um momento de crise. Se mais ou menos aguda, o tempo é quem dirá. Mas não há como esconder a crise. Mais do que nunca a sociedade precisa discutir qual é seu objetivo e o seu propósito: queremos uma sociedade justa, menos desigual, onde o interesse público prevaleça ante o grande capital e o Estado seja fortalecido com controle democrático? A partir daí podemos encontrar respostas, chegar a meios melhores de se atingir os objetivos políticos maiores, o bem estar coletivo, com oportunidades e condições de vida e trabalho para todos os brasileiros. É aí, penso, que entra o papel das entidades como o Conselho, os sindicatos, as Ongs, etc, promovendo debates, ampliando as informações relevantes, organizando e dando voz a lideranças da sociedade que se encontram à margem da estrutura política tradicional, por terem estômago sensível e rigor de princípios. Penso no exercício de um papel e na ocupação de espaços que contribuam para a criação de um movimento de massas que faça frente e garanta os interesses maiores da população, potencializando a força das idéias. Fora isso, será sempre um “chororô” inútil ou um mo-

ralismo estéril, sem capacidade e força de mudança.

**JE** – *O que considera vital na função do Corecon-RJ em defesa da sociedade?*

**Lutterbach** – A ação, tomada de iniciativa em busca da garantia de condições dignas de trabalho para os economistas, em particular, e para todos os trabalhadores, em geral, reconhecidas as especificidades de cada profissão e as exigências da formação acadêmica necessária, no caso da economia e outras profissões de nível superior. A defesa de que a economia do país seja exercida em benefício das mais amplas camadas da sociedade, na qual a obtenção do lucro não possa justificar a miséria, o desemprego e a marginalização de, cada vez, mais amplas camadas da população do consumo mínimo e necessário para o viver humano. Uma economia de inclusão, e, portanto, de ampliação, e não uma economia para poucos, restrita a uma camada privilegiada da população.

**JE** – *Por que, em sua opinião, a população, em geral, vê os economistas como os grandes responsáveis pela mazelas econômicas do país?*

**Lutterbach** – É natural que isso ocorra. Afinal, a grande mídia dá muito espaço para os economistas que defendem o *status quo* e para os do governo, encarregados da condução da política neoliberal dos últimos anos, que são realmente os responsáveis por essas mazelas. Mas a história da economia não se reduz e resume

a esse tipo de gente. É uma história em que, na América do Sul, por exemplo, teve contribuições extremamente importantes como as de Raúl Prebisch, Ignácio Rangel, Celso Furtado, e tantos outros.

**JE** – *O Governo Lula foi eleito com mais de 52 milhões de votos e a esperança de mudanças no rumo da economia brasileira. Como avalia a política econômica que vem sendo adotada?*

**Lutterbach** – Os eleitores que votaram em Lula, votaram pela mudança. Então, a eleitora ou eleitor pensa: “votei para mudar, e não mudou nada. Para que votar, então?” Isto conspira contra a democracia. Esta é uma questão que não pode ser dita de outra forma: assumir bandeiras e um programa eleitoral e depois não cumpri-lo é um procedimento que conspira contra a democracia e a enfraquece. Vejamos o fato de que, na área do trabalho, por exemplo, foi acrescentado um milhão de desempregados aos milhões já existentes. Ao mesmo tempo, em que se mantém crescente a “precarização” do trabalho, isto é, condições cada vez mais precárias para o exercício do trabalho, com a redução dos direitos trabalhistas que representam décadas e séculos de luta dos trabalhadores, e, portanto, da sociedade. Aumento do desemprego, condições cada vez mais precárias de trabalho e diminuição da renda dos trabalhadores. A insistência na continuidade desse modelo econômico deixará mais esgarçado o tecido social, com enormes e profundos prejuízos ao processo democrático. Há exemplos nos países vizinhos de onde nos levará esse modelo. O custo da mudança é infinitamente menor do que o custo de não realizá-la, agora.

**JE** – *O que deveria estar sendo feito na condução da política econômica, em sua opinião?*

**Lutterbach** – Controle do fluxo de capitais externos; redução do superávit primário; redução da taxa básica de juros; investimentos públicos para geração de empregos; ampliação da política de incentivo às exportações. Nada de novo em termos de proposta, está tudo no documento, lançado em junho do ano passado, A Agenda Interditada, assinada por trezentos economistas. Quem quiser ler ou reler, o documento encontra-se em nossa página, na internet.

**JE** – *O Ministério da Fazenda já foi ocupado por um engenheiro e, agora, o titular é um médico. Os economistas estão desacreditados?*

**Lutterbach** – No passado mais recente tivemos um economista no Ministério da Saúde. O grave mesmo, penso, é manter economistas do governo anterior na equipe econômica deste governo. A mesma equipe que sustentou nos últimos anos a política neoliberal do FMI e das grandes potências não tem condições de operar as mudanças econômicas que a sociedade exige.

**JE** – *O que os economistas podem esperar do Corecon-RJ?*

**Lutterbach** – Os economistas podem contar com uma entidade aberta e transparente, onde todas as despesas realizadas estão na página do Conselho na internet. Uma entidade na defesa da profissão e do ensino de economia e na garantia do livre debate de idéias no nosso jornal e nos eventos. Nosso esforço e nosso alvo é fazer cada vez o Conselho identificado com a pluralidade de idéias, conceitos, demandas e características dos profissionais economistas que trabalham e residem no Estado do Rio de Janeiro. ■

Nosso esforço e nosso alvo é fazer cada vez o Conselho identificado com a pluralidade de idéias, conceitos, demandas e características dos profissionais economistas que trabalham e residem no Estado do Rio de Janeiro

# Crédito **1** minuto

## Crédito certo a qualquer hora.

- ✓ Rapidez na contratação do crédito
- ✓ Empréstimo liberado pelo Auto-Atendimento, Banrífone ou [www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)
- ✓ Valor, prazo e vencimento das parcelas a escolher
- ✓ As menores taxas do mercado
- ✓ Primeiro pagamento até 35 dias após a utilização do crédito
- ✓ Débito em conta das parcelas
- ✓ Demonstrativo mensal para o acompanhamento das operações



RESENHA Reinaldo Gonçalves\*

# A outra economia

*Um livro que lava a alma e dá respostas e alternativas*

economia moral, terceiro setor, economia solidária, moeda social e socioeconomia solidária. Os outros verbetes são igualmente relevantes. A riqueza do livro está na abrangência dos enfoques e dos temas que transcendem a economia.

## Autofágico

Cattani a brilhanta a obra com um artigo introdutório no qual ele explicita que “a economia capitalista precisa ser superada. Sob todos os aspectos, ela é predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre” (p. 11). No plano da economia, essa visão de mundo requer que os sentimentos de solidariedade e cooperação superem o “moinho satânico” gerado pelo mercado e pela concorrência.

É fato que o capitalismo moderno é autofágico, pois, ao mesmo tempo em que gera riqueza ele provoca desigualdade e miséria, e impede a realização do trabalho. Na “outra economia” é necessário subordinar o capital ao trabalho. Mais especificamente, o trabalho não pode ser visto e tratado como mais uma mercadoria. É preciso a eliminação das relações de trabalho opressoras, inclusive a auto-exploração que pode ocorrer em cooperativas e empresas autogestionárias.

A “outra economia” transcende a própria economia. As estratégias de sobrevivência, frente ao capitalismo cada vez mais predatório, devem ir além das práticas sociais do cotidiano envolvendo famílias, vizinhanças e comunidades. São as lutas no plano da macropolítica por meio de mecanismos como a “democratização dos ambientes de trabalho, as novas lutas sindicais, os controles sociais sobre a aplicação da alta tecnologia” (p. 13).

Nesse sentido, as organizações sindicais e os governos que focarem suas agendas políticas na redução da jornada de trabalho estão mostrando, unicamente, uma visão míope a respeito do processo de transformação. Mais do que míope são os governantes que defendem transgênicos no contexto de políticas de

“exportar a qualquer custo” e na ausência de políticas precautórias. Esses eventos são próprios da manutenção do *status quo* e, portanto, contrários à mudança e a uma “outra economia”.

A economia popular “pressupõe a negação da relação empregador-empregado” (p. 105), segundo o verbete preparado por Ana Mercedes S. Icaza e Lia Tiriba. Entretanto, como muito claramente aparece no livro, deve-se ter cautela quanto ao uso das parcerias entre os setores estatal e privado e a sociedade civil, pois “observa-se a tentativa de preservar privilégios, assegurando a legitimidade elitista na condução dos processos sociais” (p. 12).

Conforme assinala Armando de Melo Lisboa no seu verbete sobre o terceiro setor, as parcerias entre o Estado, a sociedade civil e as empresas “são funcionais ao processo neoliberal de desresponsabilização do Estado das suas funções sociais, pois encobrem a transferência para o setor privado das respostas à questão social”. (p. 256). Assim, “o Estado se desobriga dum protagonismo social mais ativo” e “esvazia históricas conquistas dos trabalhadores”. Esse é um importante tema para reflexão e ação em tempos de herança neoliberal.

## Outras bases

Deve-se destacar que o conjunto da obra não se constitui em uma defesa incondicional e ingênua do terceiro setor, da economia solidária, da economia popular ou de qualquer outra forma de organização da atividade econômica. Na realidade, os textos apresentam visão crítica a partir de um exame criterioso das próprias contradições existentes nas práticas sociais analisadas.

O livro expressa Ciência escrita com letra maiúscula, pois faz análise racional comprometida com a produção de conhecimento e também engajada no avanço de relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais. É a análise distanciada da sabedoria convencional, dos dogmas apodrecidos e da pusilanidade intelectual que tem predominado no Brasil.

A leitura de um bom livro agrega informação e conhecimento. É raro um livro técnico que, ademais, traga satisfação e nos “lave” a alma. Isso é exatamente o que acontece com a obra coletiva organizada por Antonio David Cattani. Um conjunto de 31 cientistas preparara 41 verbetes sobre temas que tratam de uma “outra” economia que transcende as lógicas do mercado e do capital.

Nesse conjunto há economistas, sociólogos, advogados, engenheiros, cientistas políticos, biólogos, educadores, filósofos e psicólogos. A interdisciplinaridade é, portanto, a característica marcante do livro. Essa interdisciplinaridade não impede, contudo, a identidade do livro, que é uma obra e não uma coletânea de textos.

O objetivo dos verbetes é “clarificar e precisar conceitos e teorias relacionados aos processos alternativos à economia capitalista” (p. 13). Os verbetes estão estruturados da seguinte forma: definição sintética, gênese, desenvolvimento histórico do conceito, contravérsias, atualidade e validade do conceito.

Mais diretamente vinculados às questões econômicas vale destacar os seguintes verbetes: autogestão, comércio justo, cooperativismo, desenvolvimento local, economia popular,



A “outra” economia é uma economia solidária que “tem por base certos valores como a justiça social, a solidariedade e o respeito à natureza; busca a socialização da riqueza privilegiando as necessidades sociais sobre o lucro dos monopólios, o valor de uso sobre o valor de troca” (p. 97), segundo o verbete preparado por Noëlle Lechat. Estamos muito distantes disso.

Entretanto, não devemos sentir amargura, desesperança ou desânimo. Muito pelo contrário. E aqui vai uma platitudes que contém alguma

verdade: quanto maior o desafio, maior a resposta. A obra organizada por Cattani nos traz, além de ciência de primeira qualidade, a satisfação de sabermos que há respostas e alternativas.

É um livro que nos “lava” a alma. Isso é importante, pois vivemos em um tempo melancólico, em que o mercado de almas está com excesso de oferta, principalmente no chamado campo das esquerdas. Em síntese: um ótimo livro, um belo livro. ■

\* Professor titular de Economia, UFRJ.

### Livro

#### A outra economia

Antonio David Cattani (organizador), Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, 306 páginas.

Os pedidos podem ser feitos nos seguintes endereços:

aoutraeconomia@uol.com.br  
ou veraz@veraz.com.br

## CLUBE DA ECONOMIA – CORECON-RJ

O Clube de Economia conta com dezenas de convênios na categoria Educação. Aproveite os descontos para aperfeiçoar seus conhecimentos ou para matricular seus filhos em um dos estabelecimentos conveniados. Visite a página [www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br) e saiba mais.

### UNIVERSIDADES

#### ZONA NORTE

##### Universidade Veiga de Almeida

A unidade da Tijuca, oferece 20% para graduação e 40% para pessoas que já possuem uma graduação. O convênio não abrange os cursos de Odontologia e Ciências Aeronáuticas. Tel.: 2574-8800 – [www.uva.br](http://www.uva.br)

##### SUAM - Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta

Situada em Bonsucesso, oferece 20% para graduação e pós-graduação e 50% para os que já possuem uma graduação. Tel.: 3882 9700 – [www.unisuum.edu.br](http://www.unisuum.edu.br)

#### ZONA SUL

##### Faculdades Integradas Bennett

Situada no Flamengo, oferece 10% no curso de Economia, 20% nos cursos de pós-graduação lato sensu e 10% no colégio de zero a seis anos. Tel.: 2557-1001 – [www.bennett.br](http://www.bennett.br)

##### Universidade Santa Úrsula

Situada em Laranjeiras, oferece 50% em todos os cursos de graduação e pós-graduação. Tel.: 0800-7044439 - [www.usu.br](http://www.usu.br)

##### FACHA - Faculdades Integradas Hélio Alonso

Situada em Botafogo, oferece 20% nos cursos de graduação em Turismo e Processamento de Dados e 20% na pós-graduação (sujeitos à disponibilidade de vagas). Tel.: 2286-0897 – [www.facha.edu.br](http://www.facha.edu.br)

#### NOVA FRIBURGO - NITERÓI - ZONA NORTE

##### Universidade Candido Mendes

(Unidades Tijuca, Jacarepaguá, Niterói e Nova Friburgo). Oferecem 30% nos cursos de graduação e 15% na pós-graduação. Tel.: 2613-3020 – [www.candidomendes.edu.br](http://www.candidomendes.edu.br)

### CURSOS DE INFORMÁTICA

#### Iseven - Soluções Ltda

Situado no Centro do Rio, oferece 15% nos pacotes: web pró-designe; gráfico; e-commerce e 10% nos cursos web pró-multimídia e outros ministrados. Tel.: 3970-5417 – [www.iseven.com.br](http://www.iseven.com.br) – e-mail: [cursos@iseven.com.br](mailto:cursos@iseven.com.br)

### CURSOS DE IDIOMA

#### Aliança Francesa

Barra da Tijuca, Botafogo, Tijuca, Centro e Ipanema – Oferece 15% em todos os níveis. Tel.: 2220-4298 e 2543-7222 [www.rialiancafrancesa.com.br](http://www.rialiancafrancesa.com.br)

#### Ibeu - Instituto Brasil Estados Unidos

Em todos os endereços da cidade do Rio de Janeiro, 5% de desconto sobre o valor integral das mensalidades. A partir de 2004 os descontos serão proporcionais ao número de alunos inscritos, variando entre 5%, 10% e 15%.

Tel.: 3816-9494 – [www.ibeu.org.br](http://www.ibeu.org.br)

#### Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica – IBCH

Situada no Centro do Rio, oferece 20% nos horários: 7h30 às 9h10; 18h30 às 20h e sábados 9h às 12h15. E, 40% nos horários: 9h20 às 11h; 12h10 às 13h; 14h50 às 16h30. Tel.: 2220-6888 e 2262-6938 e 2532-6422 Fax 2262-6938 [www.culturahispanica.com.br](http://www.culturahispanica.com.br) – e-mail: [info@culturahispanica.com.br](mailto:info@culturahispanica.com.br)

#### Instituto Goethe

Situado no Centro do Rio, oferece 15% para associados titulares e 10% para dependentes. Tel.: 2533-4862 – [www.goethe.de-br-rio](http://www.goethe.de-br-rio) e-mail: [goetherio@easyline.com.br](mailto:goetherio@easyline.com.br)

#### Wise Up

Em todas as filiais do Rio de Janeiro – Oferece 15% em todos os níveis. Tel.: 0800-240000 – [www.wiseup.com.br](http://www.wiseup.com.br)

#### Curso de Inglês Marina Lorena Tolosa

Situado na Urca, oferece 15% sobre o preço da hora/aula para alunos particulares ou empresas. Indicada pela Fulbright Foundation para o preparo do TOEFL, TOEIC e MICHIGAN exams (Philadelphia Public School System - Pennsylvania/USA). Tel.: 2275-3881 e 2295-0857 ou 9625-4841

#### CCAA

13 franquias em vários bairros e municípios do Rio de Janeiro: Bangu, Bento Ribeiro, Campo Grande, Duque de Caxias, Flamengo, Ilha do Governador, Madureira, Pavuna, Queimados, Ramos, São Cristóvão, São João de Meriti. Oferece 40% sobre as mensalidades do primeiro módulo e 15% sobre as mensalidades dos módulos subsequentes. Tel.: 3982-5000 – [www.ccaa.com.br](http://www.ccaa.com.br)

#### CCAA

21 franquias em vários bairros e municípios do Rio de Janeiro: Barreto, Belford Roxo, Botafogo, Copacabana, Fátima, Grajaú, Icarai, Itaguaí, Ipanema, Jacarepaguá, Nova Iguaçu, Nilópolis, Pendotiba, São Gonçalo, Santa Cruz, Taquara, Tijuca, Vila Isabel, Del Castilho. Oferece 30% sobre as mensalidades do primeiro módulo e 10% sobre as mensalidades dos módulos subsequentes. Tel.: 3982-5000 – [www.ccaa.com.br](http://www.ccaa.com.br)

#### Wizard

Alcântara, Bonsucesso, Centro, Flamengo, Freguesia, Andaraí, Ipanema, Barra Mansa, Botafogo, Duque de Caxias, Fonseca, Gávea, Madureira, Maracanã, Méier, Ilha do Governador, Leme, Macaé, Tijuca, Vila Valqueire, Volta Redonda, Nova Iguaçu, Resende, Vila da Penha, Zé Garoto, São Gonçalo – Oferece 20% em todos os níveis. Tel.: 3824-2000 – [www.wizard.com.br](http://www.wizard.com.br)



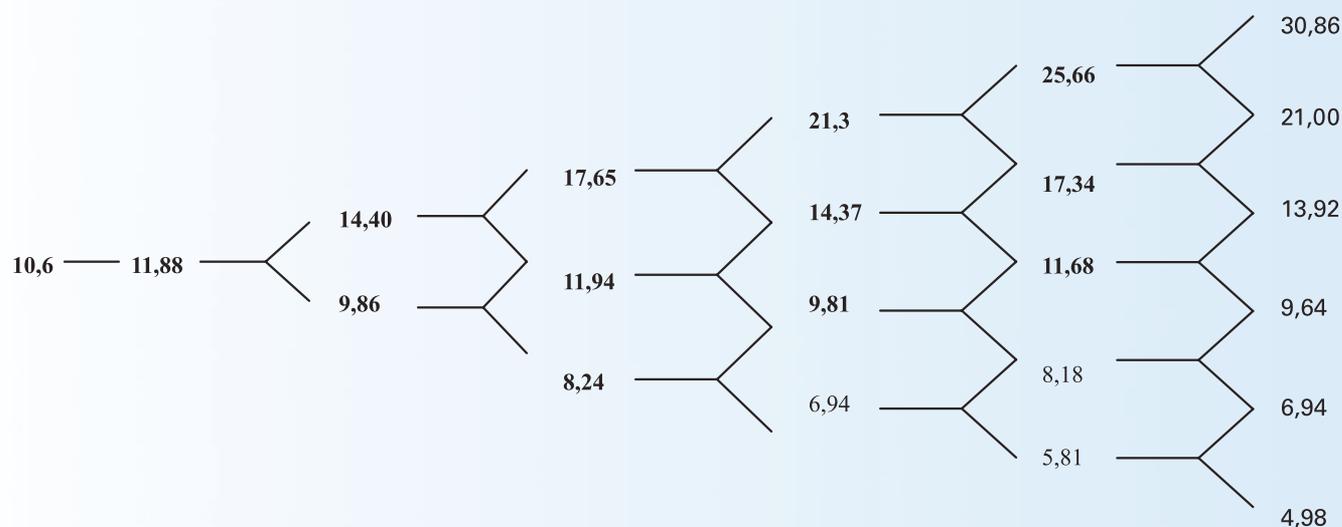


Figura 2. Valor do projeto com flexibilidade (milhões de reais)

### O exemplo de São Leopoldo

Para ilustrar uma situação onde o valor de um projeto é alterado pela incorporação da flexibilidade gerencial, recorreremos ao exercício da construção do terminal metrôviário de São Leopoldo (RS). Utilizando as informações disponíveis nos relatórios anuais da empresa responsável, projetamos os fluxos de caixa e verificamos que o VPL apresentava um valor menor que zero, portanto indicando a inviabilidade do projeto. Entretanto, o VPL subestima o valor do projeto quando não considera outras opções ou desfechos alternativos.

Para criar uma situação mais realista, trabalhamos com duas variáveis de comportamento incerto: o número de bilhetes vendidos e o custo por passageiro. Convertimos a volatilidade dessas variáveis no risco do projeto através da simulação de Monte Carlo, resultando numa árvore binomial<sup>1</sup>. Além disso, o metrô poderia

expandir suas operações até Novo Hamburgo (flexibilidade), gerando um aumento na demanda e no fluxo de caixa<sup>2</sup>.

A figura 1, na página anterior, mostra como seriam os valores do projeto (anualmente) sem a alternativa de expansão, resultando em um VPL negativo no valor de R\$359.413,78<sup>3</sup>.

Estando diante de um projeto que permite a correção da sua trajetória. Com o passar do tempo podemos decidir entre continuar com o projeto original ou ampliá-lo. Depois de avaliar as situações em que seria interessante expandir<sup>4</sup>, recalculamos o valor do projeto do último ano até o momento inicial (através da abordagem do *portfólio* replicado). Podemos assim constatar que a alternativa de expansão agregou um valor de aproximadamente R\$ 436 mil (ano inicial). Subtraindo o valor do investimento, encontramos um VPL positivo (agora ajustado) de aproximadamente R\$ 76 mil. Acima, na figura 2, verificamos a nova grade binomial destacando os valores alterados pela opção.

Num primeiro momento alguns poderiam acreditar que, independentemente dos resultados ( $VPL < 0$ ), o projeto deveria ser executado em razão dos impactos sociais. No entanto, ao ajustarmos o indicador para uma perspectiva mais realista o resultado muda radicalmente, sinalizando para uma proposta financeiramente viável.

Diante do que foi exposto, fica claro que em algumas circunstâncias os indicadores convencionais parecem não responder satisfatoriamente. Mesmo não sendo a resposta definitiva, a abordagem de opções reais procura complementar a análise, aproximando-a mais da realidade. Assim, cabe ao projetista identificar e analisar as alternativas que o investimento oferece, determinando corretamente o valor do projeto. ■

\* Economista

### Referência Bibliográfica

- BRIGHAM, Eugene F. Administração financeira: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.
- COPELAND, Tom E. Opções reais: um novo paradigma para reinventar a avaliação de investimentos. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- LOPES, E. Opções Reais: A Nova Análise de Investimentos. Lisboa: Edições Universidade Lusíada, 2000.
- Relatório anual metrô de Porto Alegre <[www.trensurb.gov.br/t\\_rel\\_anual.htm](http://www.trensurb.gov.br/t_rel_anual.htm)>- acessado em 10/03/2003.
- RODRIGUES, Eduardo de Sá F. L. Avaliação de Projetos para Transporte Metroviário à Luz da Abordagem de Opções Reais. 2003. Mestrado em Economia Empresarial – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> De fato, trabalhamos com a hipótese de que não haveria incerteza no primeiro ano, por isso a árvore só apresenta ramificações nos anos seguintes ao investimento inicial. Além disso, acreditamos que a decisão de expandir deveria ser tomada até o sexto ano, pois seria difícil projetar a receita e a despesa num horizonte mais amplo. Para projetar o valor da continuidade usamos uma aproximação da fórmula da anuidade.

<sup>2</sup> RODRIGUES, Eduardo de Sá F. L. Avaliação de Projetos para Transporte Metroviário à Luz da Abordagem de Opções Reais. 2003. Mestrado em Economia Empresarial – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> É importante ressaltar que os resultados obtidos são aproximações, pois a empresa não fornece todas as informações para a construção do modelo de opções reais e, portanto, usamos alguns dados, como material rodante do metrô de São Paulo.

<sup>4</sup> Para decidir se deveríamos expandir, comparamos os valores com e sem a opção até Novo Hamburgo. Assim, a situação que maximizava o valor do projeto determinou o desfecho operacional.

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

# Economista critica artigo do JE

O Fórum Popular do Orçamento recebeu, com grande satisfação, a carta do economista Paulo Cezar Bastos (reproduzida na íntegra nesta página), protestando contra a matéria “As perdas da educação e da saúde no Município do Rio”, publicada na última edição. Tal fato demonstra que estamos cumprindo o nosso papel, de estimularmos o debate acerca do orçamento público, em especial, do município do RJ.

Como as críticas e os questionamentos são muitos e de diversas naturezas e motivações (e desejamos responder cada um deles), a nossa “tréplica” será publicada na próxima edição. Entretanto, uma crítica temos de rebatê-la de imediato – sem prejuízo de retomarmos o assunto futuramente: a insinuação de um suposto caráter político-partidário.

Em toda nossa trajetória de oito anos de existência não há uma só opinião político-partidária, pois somos, sim, com muito orgulho, uma articulação de entidades, cidadãos, sem estatuto jurídico, partidária, voltada para a democratização do orçamento público. Inspirada e movida pelo interesse de criar condições para a ampliação da participação social no processo orçamentário, bem como intervir na definição, defesa e ampliação das prioridades governamentais de cunho social. Sempre em consonância pela constante e eterna busca do fortalecimento da cidadania

Eis a íntegra da carta de Paulo Cezar Bastos.

Senhor Editor,

Entendo que o **Jornal dos Economistas**, através dos grupos político-partidários que o operam, se engaje no debate eleitoral e procure monitorar a gestão do atual prefeito, às vésperas de mais uma campanha. Agora, que se publique análise econômica rasteira, superficial e desinformada em um espaço institucional, como é o **Jornal dos Economistas**, com isso não posso concordar.

Pois é isso que vejo no artigo publicado em janeiro de 2004 sobre “As perdas da educação e da saúde no Município do Rio”. São apresentadas análises simplórias sobre dotações iniciais nas leis orçamentárias para mostrar que, ao contrário do que afirma, a prefeitura não prioriza os gastos com educação.

A análise se atém à comparação de algumas rubricas das propostas orçamentárias iniciais dos últimos exercícios. Desse jeito, nunca vão entender a existência de dotações de R\$ 1,00 que servem para manter aberto um programa de trabalho para suplementações posteriores. A análise também não deveria se ater às dotações da Secretaria, mas, sim, à Função Educação, uma vez que a estrutura é matricial (a ampliação da rede, por exemplo, está na Secretaria de Obras; os inativos estão na Administração, etc.). Não faz sentido, tampouco, comparação entre os gastos *per capita* de diferentes programas de trabalho (Revitalização da Educação Infantil e Rio Criança), que têm diferentes proporções custeio x investimento.

O fato é que a prefeitura sustenta sozinha um enorme esforço educacional, e a cobertura escolar está acima de 97% em todos os bairros da cidade, já incluindo as crianças de seis anos (a lei manda que atenda de sete a 14). Gasta na função mais do que o mínimo exigido constitucionalmente. A rede cresce agora no sentido da educação infantil (quatro a seis anos), onde seremos a primeira cidade a atingir cobertura acima de 75%, já no ano que vem.

Não se sustenta a análise do artigo, segundo a qual as dotações orçamentárias da educação infantil se reduziram. Os analistas consideraram apenas as dotações consignadas à SMDS; mas, desde 2002, a responsabilidade sobre o segmento está migrando para a SME, e é lá que eles encontrarão as dotações que custeiam essa expansão.

Os governos federal e estadual têm confirmado, nos últimos anos, sua omissão quanto a essa responsabilidade constitucional, que é de todos. O Estado mantém sua rede (2º grau) em progressivo sucateamento, como todos sabem: nenhuma sala de aula inaugurada no Rio desde o início do governo Garotinho/Benedita. A Prefeitura tem concedido bolsas para que os melhores alunos que concluem o 1º grau possam continuar estudando em escolas privadas.

Quanto ao Governo da União, poderia explicar porque não libera a operação de crédito do Banco Mundial (citada no artigo): de uma aprovação burocrática do Ministério da Fazenda depende um programa de US\$ 100 milhões (40% contrapartida da prefeitura) para educação infantil. Teme-se que não seja aprovado antes das eleições de outubro...

Não reste dúvida de que, se o Rio ainda tem uma rede de ensino público da qual pode se orgulhar, isso se deve à prioridade concedida pelo poder municipal e paga pelos contribuintes cariocas. É uma tradição da qual devemos nos orgulhar, passando por Pedro Ernesto, Carlos Lacerda, Negrão de Lima, Brizola e chegando até Cesar Maia.

Como economista, e associado desde 1977, protesto contra a análise superficial e visivelmente orientada eleitoralmente. Como funcionário da prefeitura, estimaria que houvesse mais reconhecimento pelo esforço que essa instituição dedica ao ensino público, já faz décadas, enquanto Estado e União esbanjam omissão.

Atenciosamente,  
Paulo Bastos Cezar

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador - Estagiários: Mariana Filgueiras e Ricardo Monteiro

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br · Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br - Reuniões do Fórum: quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

# Petrobrás é multada em 500%

**A** Petrobras, maior empresa do país, voltou a ser multada pelo Conselho Regional de Economia (Corecon-RJ). Desta vez, a empresa decidiu simplesmente desconhecer o indeferimento de seu recurso junto ao Conselho Federal de Economia (Cofecon) e manteve-se intransigente no atendimento às solicitações da Secretaria de Fiscalização e Registro do Corecon-RJ.

O Conselho iniciou, em 19 de fevereiro de 2001, um trabalho de fiscalização do exercício profissional dentro da Petrobras, através de ofícios, seguidos por notificação e auto de infração. Nenhum deles foi atendido. Por esta razão, em dois de agosto de 2002, foi impetrada a multa de 250% sobre o valor da anuidade vigente, o equivalente a R\$ 2.090,00.

Após o pagamento da multa em 12 de agosto do mesmo ano, a empresa interpôs Recurso Administrativo junto ao Cofecon. Em sete de maio de 2003, a empresa foi comunicada do indeferimento do seu recurso e o Corecon-



RJ reiterou à empresa a solicitação de envio da relação discriminando os funcionários que exercessem atividades profissionais privativas dos economistas. A Petrobras, contudo, manteve-se intransigente, sem oferecer qualquer resposta à solicitação do Corecon-RJ.

Em três de outubro do ano passado, a empresa foi comunicada de nova multa, desta vez, de 500% sobre o valor da anuidade, equivalente a R\$ 5.560,10, em razão da

reincidência do fato. Em virtude do não pagamento, a Petrobras foi executada judicialmente, em 11 de dezembro de 2003, através do processo nº 2003.51.01.540182-0, que tramita na 8ª Vara de Execuções Fiscais do Estado do Rio de Janeiro.

De reconhecida importância na história do Brasil e empresa de porte e projeção internacional, a Petrobras mantém uma conduta e um relacionamento negativo e avesso com o órgão responsável pela fiscalização das condições de exercício da profissão do economista.

Fiscalizar o exercício da profissão é um preceito legal e legítimo, estabelecido por lei e conferido aos Conselhos Regionais de Economia de cada estado da União. Mais do que isso, é a garantia de que os serviços profissionais do economista são exercitados por profissionais plenamente qualificados para essa atividade econômica.

Até agora, a maior empresa do Brasil parece desconhecer esta ação legal e legítima, o que é lamentável. ■

## Cursos no Corecon/RJ

Os cursos relacionados abaixo estão sendo oferecidos preferencialmente aos economistas e aos estudantes de Economia e serão ministrados à noite (ou aos sábados) em sala de aula nas dependências do Conselho.

As datas serão fixadas no momento em que obtivermos um número mínimo (que varia de acordo com o curso) de alunos por turma.

Nome do Curso	Valor para Economistas e Estudantes Registrados	Valor para economistas e estudantes não registrados e outros Profissionais
<b>Matemática Financeira</b> Curso de 24 horas-aula	R\$230,00	R\$253,00
<b>Avaliação de Projetos de Investimento</b> Curso de 36 horas-aula	R\$ 340,00	R\$374,00
<b>Introdução à Economia Política: o pensamento de Karl Marx</b> Curso de 16 horas-aula	R\$50,00	R\$55,00
<b>O pensamento econômico de Keynes</b> Curso de 16 horas-aula	R\$100,00	R\$110,00

Maiores informações, consulte: <http://www.economistas.org.br> ou entre em contato com a Secretaria de Cursos: 2232-8178 ramal 36 – [cursos@corecon-rj.org.br](mailto:cursos@corecon-rj.org.br)